Relatório e Contas

30 junho 2026



Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Santander Investimento Global

Santander
Asset Management

Índice

1. Relatório de Gestão 3

1.1. Enquadramento macroeconómico 3
1.2. Política de investimento 8
1.3. Informações relativas ao regulamento (ue) 2019/2088 9
1.4. Evolução das unidades de participação 9
1.5. Performance 10
1.6. Custos e proveitos 11
1.7. Demonstração do património 11
1.8. Evolução dos ativos sob gestão 12
1.9. Valorimetria 12
1.9.1. Valores mobiliários 12
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário 13
1.9.3. Instrumentos derivados 13
1.9.4. Câmbios 14
1.10. Remunerações atribuídas 14
1.11. Política de voto 15
1.12. Erros de valorização 15
1.13. Eventos subsequentes 15

2. Relatório de Auditoria 17

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Investimento Global referente ao período findo em 30 de junho de 2026 22

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Investimento Global referente ao período findo em 30 de junho de 2026 25

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Investimento Global referente ao período findo em 30 de junho de 2026 27

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026 29

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O início do semestre ficou marcado por um contexto geopolítico exigente, com impacto relevante nos mercados financeiros. Janeiro arrancou com a detenção do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, por forças norte-americanas, o que levantou preocupações quanto ao mercado petrolífero, tendo em conta que a Venezuela detém cerca de 17% das reservas globais, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE). Ainda assim, a reação dos mercados foi limitada, focada em ativos venezuelanos e algumas empresas de energia nos EUA.

Mais tarde, a crescente especulação sobre um possível ataque dos EUA ao Irão levou o *Brent* a terminar janeiro acima dos 70 dólares por barril. Declarações de Donald Trump — incluindo o cancelamento de contactos diplomáticos a 13 de janeiro, notícias sobre movimentações na base militar de Al Udeid no Qatar e, mais tarde, a referência a uma "armada maciça" a dirigir-se ao Irão — sustentaram a subida. No final do mês, o *Brent* acumulava uma valorização de +16,2%, o maior aumento mensal desde janeiro de 2022.

Outro foco de tensão foi a Gronelândia. Após Trump ter afirmado, a 14 de janeiro, que os EUA necessitavam da região por razões de segurança nacional, seguiu-se a ameaça de tarifas de 10% sobre vários países europeus a partir de 1 de fevereiro (subindo para 25% em junho), caso não fosse alcançado um acordo. Este enquadramento levou a um movimento de aversão ao risco, com o S&P 500 a recuar -2,1% numa sessão. Contudo, a 21 de janeiro, Trump recuou nas tarifas e referiu progressos num enquadramento de acordo, permitindo uma recuperação dos mercados. O S&P 500 voltou a máximos históricos a 27 de janeiro e encerrou o mês com um ganho +1,4%.

A Fed esteve também sob atenção, após o início de uma investigação criminal pelo Departamento de Justiça dos EUA, reacendendo preocupações quanto à independência do banco central. Este contexto favoreceu os metais preciosos, com o ouro a valorizar +13,3% em janeiro, o melhor desempenho mensal desde setembro de 1999. O metal atingiu um máximo intradiário histórico de 5.595 dólares por onça a 29 de janeiro, antes de corrigir para 4.894 dólares no final do mês, incluindo uma queda diária de -8,95% a 30 de janeiro. Em paralelo, o índice do dólar recuou -1,4% em janeiro, registando a maior queda em quatro dias desde abril do ano passado, estabilizando posteriormente após a reafirmação da política de "dólar forte" pelo Secretário do Tesouro dos EUA.

Apesar da volatilidade, os ativos de risco apresentaram um desempenho positivo, apoiados por dados económicos robustos. Nos EUA, o *ISM* dos serviços subiu para 54,4 pontos (máximo de 14 meses) e a taxa de desemprego recuou para 4,4%. Na Zona Euro, a inflação ficou abaixo do esperado, reforçando expectativas de cortes de taxa adicionais pelo BCE, enquanto o crescimento do 4.º trimestre surpreendeu em alta (+0,3%). Assim, a maioria dos principais índices acionistas globais terminou o mês em terreno positivo.

No Japão, o anúncio de eleições antecipadas levou a uma subida acentuada das *yields*. A *yield* da obrigação a 30 anos atingiu 3,86% a 20 de janeiro (máximo histórico), encerrando o mês em 3,63%, enquanto a *yield* a 10 anos chegou a 2,35% (máximo desde 1999) e terminou em 2,24%. Apesar do recuo final, as subidas mensais foram significativas (+24 pb e +18 pb, respetivamente). O Banco do Japão manteve as taxas inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo.

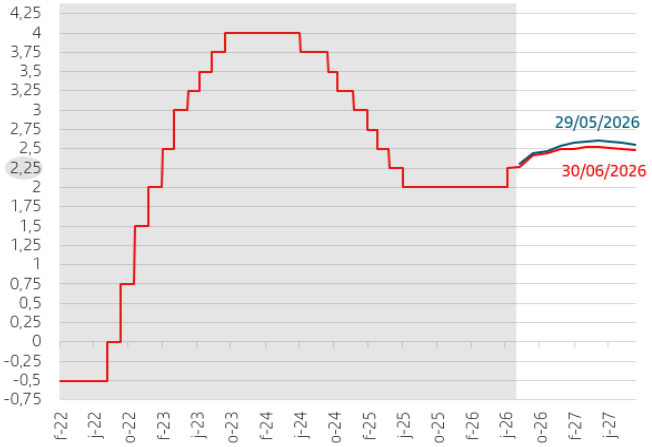
Em fevereiro, os mercados financeiros registaram, em geral, um desempenho positivo, sustentado por dados macroeconómicos resilientes, apesar de elevada volatilidade geopolítica e política. A escalada de tensões no final do mês, com o início de ataques dos EUA e Israel ao Irão a 28 de fevereiro, não se refletiu totalmente na performance mensal, embora a antecipação desses eventos tenha impulsionado o petróleo.

No plano geopolítico, a especulação em torno do conflito no Irão levou o *Brent* a subir 2,5% para 72,48 $/barril, atingindo um máximo de sete meses. Em paralelo, o Supremo Tribunal dos EUA considerou inconstitucionais parte das tarifas impostas ao abrigo do *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA), levando à introdução de uma tarifa global de 10% por 150 dias, aumentando a incerteza comercial.

Em termos macroeconómicos, os dados dos EUA surpreenderam positivamente: o relatório de emprego de janeiro mostrou a maior criação mensal de postos de trabalho desde dezembro de 2024 (+130 mil), e o *ISM* indústria atingiu o nível mais elevado desde 2022. Contudo, a inflação PCE acima do esperado reduziu a probabilidade de um corte de taxas pela Fed até junho (de 87% para 64%), contribuindo para ajustamentos nas expectativas de política monetária.

Ao nível das classes de ativos, destacou-se o forte desempenho dos metais preciosos: o ouro subiu 7,9% (7.º mês consecutivo de ganhos, o melhor ciclo desde 1973) e a prata valorizou 10,1%. As obrigações soberanas também beneficiaram, com a *yield* dos *Treasuries* a 10 anos a cair 30 pb (para 3,94%), a maior descida mensal em um ano, proporcionando um retorno de 1,9%. Na Europa, as *yields* alemãs recuaram 20 pb.

BCE: expectativas da taxa Depo com base nos Forwards €STRN



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

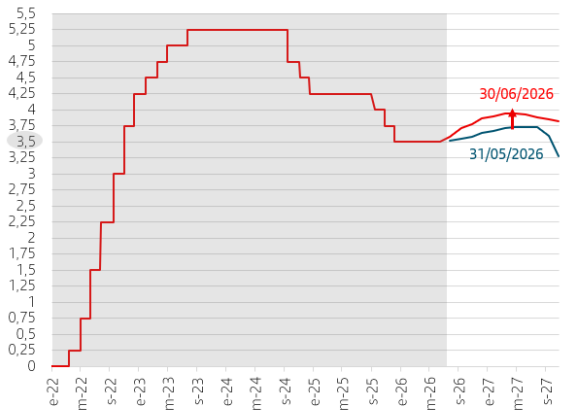
Nas ações, verificou-se uma divergência regional. O STOXX 600 subiu 3,9% (oitavo mês consecutivo de ganhos) e o Nikkei avançou 10,4% para novo máximo histórico. Já o S&P 500 caiu 0,8%, penalizado pela queda de 7,3% das "Magnificent 7" e de 8,9% no setor de software, num contexto de novas ferramentas de IA e resultados da Nvidia abaixo das expectativas mais elevadas. Entre os ativos mais penalizados estiveram ainda o gás natural nos EUA (-34,3%) e a Bitcoin (-14,7%).

Globalmente, fevereiro combinou resiliência económica, forte performance fora dos EUA e crescente incerteza geopolítica, num enquadramento de ajustamento das expectativas quanto à política monetária.

Março foi dominado por um choque energético e inflacionista, desencadeado pela escalada do conflito no Irão, o que levou a uma forte reavaliação de risco nos mercados globais.

Os preços do petróleo registaram subidas históricas, com o Brent a aumentar 63,3% para 118,35$/barril e o WTI 51,3% para 101,38$/barril. Em resposta à disrupção da oferta, a AIE anunciou a 11 de março a libertação de 400 milhões de barris de reservas estratégicas, sublinhando a magnitude do choque.

Fed: Expectativas sobre a taxa Fed Funds (limite inferior)



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

O impacto desse aumento foi imediato nas expectativas de inflação e política monetária. Nos EUA, o *swap* de inflação a 1 ano subiu para 3,20% (+69 pb) e as *yields* a 10 anos aumentaram 38 pb para 4,32%, o maior movimento mensal desde 2024. A Fed manteve as taxas (3,50%-3,75%) a 18 de março, mas reviu a inflação de 2026 para 2,7%, enquanto o mercado reduziu expectativas de cortes para apenas 7 pb até final do ano.

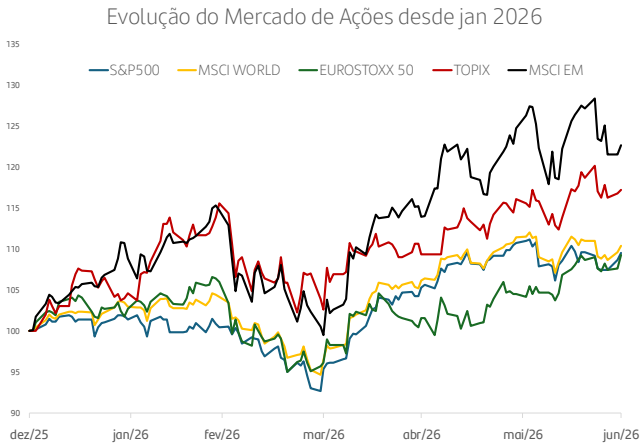
Na Europa, o movimento foi mais expressivo, com os mercados a anteciparem 71 pb de subidas do BCE até dezembro. O BCE, na reunião de 19 de março, destacou riscos inflacionistas acrescidos e

crescimento mais fraco, com projeções de 2,6% de inflação e 0,9% de crescimento.

Este enquadramento acabou por pressionar os ativos de risco. As ações registaram quedas generalizadas nas bolsas globais: O S&P 500 caiu -5,0%, o STOXX 600 -7,5%, e o Nikkei -12,7%. O crédito também corrigiu, com *Investment Grade* EUR a desvalorizar -2,3%, e o *Investment Grade* USD -1,8%. Já o *High Yield* dos EUA desvalorizou -1,0% da Europa -2,5%. Contudo, a subida de *spreads* foi mais contida, apenas 7 bps em IG EUR, mostrando que o movimento foi apenas o risco de subida de taxa e não da solidez das empresas. Na dívida soberana, destacaram-se perdas de -1,8% nas *Treasuries*, -2,0% nos *Bunds* e -4,3% nos *Gilts*.

Nas matérias-primas, o desempenho foi misto: energia em forte subida, mas metais sob pressão, com ouro a cair -11,6%, prata -19,9% e cobre -6,5%, refletindo preocupações com o crescimento económico global. No mercado cambial, o dólar voltou a ser ativo de refúgio valorizando 2,2% face ao EUR, 1,9% face à Libra e 1,7% face ao Iene enquanto o índice de moedas emergentes caiu -3,3%.

O conflito no Irão dominou a atenção dos mercados em abril, com os desenvolvimentos geopolíticos a impulsionarem movimentos significativos nos preços de todos os ativos. No início do mês, Donald Trump anunciou uma pausa de 10 dias nos ataques a infraestruturas energéticas, mas, à medida que o prazo se aproximava, aumentavam os receios de escalada. Ainda assim, foi posteriormente anunciada uma suspensão dos ataques por duas semanas, o que impulsionou uma forte recuperação dos mercados, reforçada por negociações entre os EUA e o Irão. Apesar de não ter sido alcançado um acordo imediato, persistiram expectativas de resolução do conflito. No dia 17 de abril, o otimismo intensificou-se após indicações de abertura do Estreito de Ormuz e progressos nas negociações, levando o *Brent* a cair para 90,38 $/ barril e o S&P 500 a atingir novos máximos. Contudo, a ausência de avanços concretos e sinais de agravamento das tensões voltaram a pressionar os preços do petróleo na segunda metade do mês, levando o *Brent* a terminar abril em 114,01 $/ barril, refletindo também a perceção de um conflito mais prolongado. A subida dos preços energéticos reforçou as pressões inflacionistas, com os *swaps* de inflação a 1 ano a subirem tanto nos EUA como na Zona Euro, acompanhados por dados de inflação acima do esperado.



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

O aumento dos riscos de estagflação levou igualmente a uma revisão das expectativas de política monetária, com os mercados a anteciparem uma trajetória mais restritiva por parte dos bancos centrais. Este enquadramento penalizou a dívida soberana, com *yields* a atingirem máximos de vários anos em várias geografias, incluindo Japão, Alemanha e Reino Unido. Nos EUA, a *yield* a 10 anos subiu para 4,37%.

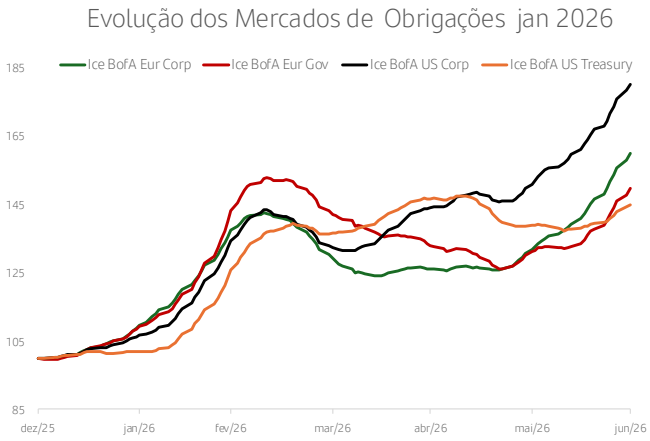
Apesar deste cenário, os mercados acionistas evidenciaram uma elevada resiliência. O S&P 500 registou uma valorização de +10,5%, o melhor desempenho mensal desde novembro de 2020, enquanto o índice de semicondutores de Filadélfia subiu +38,4%. Nos mercados emergentes, o MSCI EM avançou +14,7%, registando o melhor mês desde novembro de 2022.

Os mercados iniciaram maio a subir, impulsionados pela descida do preço do petróleo e pelas expectativas de um possível fim do conflito. A notícia de que os EUA e o Irão estariam próximos de um acordo preliminar alimentou a esperança de um cessar-fogo e de novas negociações nucleares, levando o *Brent* a recuar de 114 para 100 dólares por barril. O sentimento positivo foi reforçado por dados económicos sólidos nos EUA, com a criação de emprego em abril a superar as expectativas.

Contudo, a meio do mês, o otimismo deu lugar a uma maior cautela. Declarações de Donald Trump classificando a proposta iraniana como "totalmente inaceitável" reacenderam receios de escalada do conflito. Sem avanços concretos para a paz e com

o Estreito de Ormuz ainda bloqueado, o petróleo voltou a subir. Em paralelo, uma leitura mais forte da inflação *core* nos EUA aumentou as preocupações com pressões inflacionistas persistentes.

Este contexto levou as *yields* das obrigações soberanas a máximos de vários anos. Nos EUA, a *yield* das *Treasuries* a 30 anos atingiu o nível mais elevado desde 2007, enquanto as *yields* da dívida alemã e japonesa também alcançaram máximos de longo prazo. No Reino Unido, a instabilidade política após perdas eleitorais do Partido Trabalhista pressionou inicialmente a dívida pública, embora o mercado tenha recuperado após sinais de compromisso com as regras orçamentais.



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

Já na reta final do mês, o sentimento voltou a melhorar. Várias notícias indicaram progressos nas negociações entre os EUA e o Irão, incluindo um possível memorando para prolongar o cessar-fogo e retomar o diálogo sobre o programa nuclear iraniano. Estas perspetivas contribuíram para uma nova descida do petróleo, com o *Brent* a encerrar maio nos 92 dólares por barril, o nível mais baixo em mais de um mês. Os mercados terminaram assim o mês em terreno positivo, com o S&P 500 a acumular sete sessões consecutivas de ganhos e a *yield* das Treasuries a 10 anos a registar sete quedas seguidas pela primeira vez em mais de um ano.

O mês de junho ficou marcado por uma combinação de incerteza geopolítica e resiliência dos fundamentais macroeconómicos. A renovação das tensões entre Israel e Irão provocou uma subida temporária dos preços da energia durante a primeira metade do mês, antes de um acordo diplomático entre os Estados Unidos e o Irão reduzir os receios de interrupções no abastecimento através do Estreito de Ormuz. Como resultado, o *Brent* terminou o mês em torno dos 73 $/barril, próximo dos níveis anteriores ao conflito. Apesar de uma queda de 38,4% no segundo trimestre.

	2025	2026e
PIB EUA	**2,20%**	**2,20%**
Inflação EUA	2,70%	3,30%
PIB Zona Euro	**1,50%**	**0,70%**
Inflação Zona Euro	2,10%	2,80%
PIB Portugal	**1,80%**	**1,90%**
PIB Espanha	**2,90%**	**2,30%**
PIB China	**5,00%**	**4,60%**

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM

Nos Estados Unidos, os indicadores económicos continuaram a mostrar-se resiliente, reforçando a expectativa de que as pressões inflacionistas poderiam revelar-se mais persistentes do que anteriormente previsto. A criação média de emprego nos três meses até maio situou-se nos 188 mil postos, enquanto a inflação *core* permaneceu acima do objetivo da Fed. Na reunião de junho, a Fed manteve as taxas de juro inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo sob a liderança do novo presidente, Kevin Warsh, levando os mercados a passar de uma antecipação de cortes de taxas no início do trimestre para descontarem novas subidas até ao final do ano. Neste contexto, as *yields* das treasuries norte-americanas aumentaram, para 4,10% a 2 anos e a 4,37% a 10 anos.

Na Europa, o BCE aumentou a taxa de depósito em 0,25%, para 2,25%, na primeira subida desde 2023, justificando a decisão com o alargamento das pressões inflacionistas. No Japão, o BoJ elevou a taxa diretora para 1,00%, embora o iene tenha continuado a depreciar-se. Em contraste com os Estados Unidos, as obrigações soberanas europeias beneficiaram da descida dos preços da energia e de indicadores económicos mais moderados, com a *yield* da obrigação alemã a 10 anos a recuar para 2,91%.

Os mercados acionistas apresentaram desempenhos diferenciados durante o mês. Na Europa, o STOXX 600 valorizou 2,7%, beneficiando da diminuição das tensões geopolíticas e da resiliência da atividade económica. Já nos Estados Unidos, a

volatilidade aumentou à medida que os investidores ajustaram as expectativas para a política monetária, com o S&P 500 a cair -1,0% e o Nasdaq -2,7%, refletindo alguma realização de mais-valias nas grandes empresas tecnológicas. Em contrapartida, outros mercados apresentaram um desempenho robusto, destacando-se o Nikkei 225 (+5,7%). O setor dos semicondutores continuou a beneficiar do investimento associado à inteligência artificial, mantendo-se entre os segmentos com melhor desempenho do mercado.

O dólar norte-americano fortaleceu-se suportado pelo alargamento dos diferenciais de taxas de juro. O EUR/USD depreciou cerca de 1,8%, terminando próximo de 1,14, enquanto o iene continuou a enfraquecer, apesar do endurecimento da política monetária japonesa.

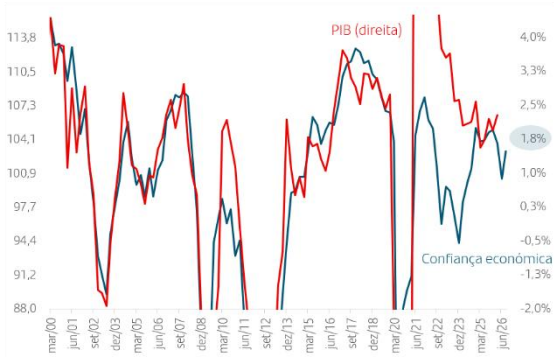
No mercado das matérias-primas, a dissipação do prémio de risco geopolítico e a subida das taxas de juro reais pressionaram os metais preciosos fazendo o ouro recuar 11,7%.

Embora a resiliência da atividade económica continue a suportar os resultados empresariais, a persistência da inflação e a postura mais restritiva dos bancos centrais dominou as atenções do semestre.

Economia Portuguesa

Em junho de 2026, a economia portuguesa mostra uma melhoria gradual do clima de confiança após a deterioração provocada pelas tensões geopolíticas e pelo encarecimento da energia durante os meses anteriores. A recuperação dos indicadores de sentimento empresarial e dos consumidores sugere que o impacto mais intenso do choque externo começa a dissipar-se, colocando novamente Portugal entre as economias com melhores níveis de confiança da Zona Euro. Este comportamento continua a ser compatível com um crescimento positivo da atividade, embora previsivelmente mais moderado do que em exercícios recentes. A evolução da confiança é especialmente relevante porque condicionará a capacidade do setor privado de transformar expectativas mais favoráveis em maiores decisões de investimento e contratação, um aspeto-chave para sustentar o crescimento num contexto europeu ainda marcado por uma procura externa contida.

Portugal: confiança económica e PIB (YoY)

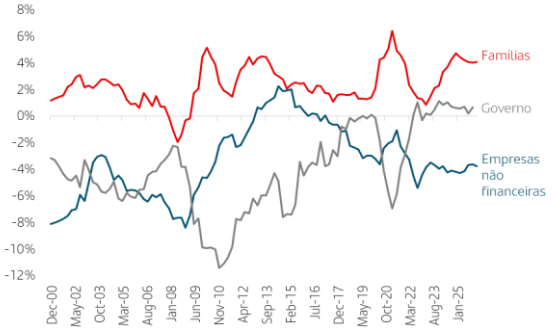


Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

De uma perspetiva estrutural, a economia portuguesa continua apoiada em fundamentos relativamente sólidos, especialmente pela solidez financeira das famílias e por uma posição orçamental que continua a destacar-se favoravelmente face à maioria dos países da união monetária. No entanto, o principal foco de vulnerabilidade concentra-se no setor empresarial, cuja necessidade de financiamento permanece elevada.

Esta circunstância poderá limitar a capacidade de investimento se as condições financeiras continuarem restritivas ou se a incerteza internacional voltar a aumentar. Neste contexto, a combinação de uma recuperação da confiança com uma melhoria progressiva da situação financeira das empresas será determinante para consolidar um crescimento sustentável. Convém acompanhar, além disso, a evolução dos custos de financiamento e da procura turística, dois fatores que continuarão a condicionar o comportamento da economia portuguesa durante os próximos trimestres.

Portugal: posição de credor/devedor líquido do setor privado, em percentagem do PIB



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

No que diz respeito à dívida pública de Portugal, teve um comportamento ligeiramente negativo face à Alemanha, embora melhor face a outros países. Em qualquer caso, os níveis continuam estreitos e próximos de mínimos históricos.

Depois de vários meses de recuo devido ao conflito, os indicadores de confiança de Portugal, tanto empresarial como dos consumidores, registaram em junho alguma recuperação. Desta forma, o nível atual do indicador de Sentimento da Comissão Europeia é consistente com um crescimento do PIB em torno de 1,5% em termos homólogos. A confiança em Portugal volta a estar ligeiramente acima da média.

A posição financeira das famílias é saudável, ao mostrar capacidade de financiamento. A do setor público encontra-se próxima do equilíbrio e é uma das mais sólidas da Zona Euro, uma vez que a maioria dos países apresenta défice. O que está por melhorar é a situação financeira das empresas, claramente deficitária, em torno de 4% do PIB e a mais elevada entre os países da Zona Euro.

Fonte Comentário global: *Deutsche Bank Macro Research – Early Morning Reid – Performance review – January to June; Refinitv LSEG Worksation*

Fonte Economia Portuguesa:

SAM; LSEG Workstation; Bloomberg

Banco de Portugal, Boletim Económico — julho 2026

1.2. Política de Investimento

O primeiro trimestre de 2026 foi marcado por incerteza geopolítica, com o início do conflito entre os EUA e o Irão, a evolução das tarifas e as preocupações em torno do crescimento global, o que levou a retornos negativos tanto nos mercados de obrigações como nos de ações. Embora a economia dos EUA se tenha mantido resiliente e a Europa tenha continuado a crescer modestamente, o aumento dos preços da energia reacendeu as preocupações com a inflação e pôs em causa as expectativas de uma maior flexibilização da política monetária. Em resposta, os principais bancos centrais, incluindo a Fed, o BCE, o Banco de Inglaterra e o Banco do Japão, mantiveram as taxas inalteradas, enfatizando a cautela num contexto de incerteza acrescida e de riscos inflacionistas decorrentes do conflito. As yields das obrigações soberanas registaram um aumento acentuado nos mercados desenvolvidos, à medida que os investidores reavaliaram a trajetória das taxas de juro. Neste contexto, os *Treasuries* norte-americanos, as *Gilts* britânicas e as *Bunds* alemãs sofreram uma desvalorização ao longo do trimestre. Os mercados de crédito enfraqueceram, uma vez que o alargamento dos spreads e a subida das yields da dívida soberana conduziram a retornos negativos tanto nas obrigações *Investment Grade* como nas *High Yield*. A dívida dos mercados emergentes também registou uma queda, após um forte início de ano.

As matérias-primas valorizaram-se de forma expressiva, impulsionadas pelas preocupações com a oferta, em particular no mercado petrolífero. Em simultâneo, o dólar norte-americano fortaleceu-se, à medida que os investidores procuraram ativos de refúgio perante o agravamento das tensões geopolíticas.

O segundo trimestre de 2026 caracterizou-se pela volatilidade geopolítica, pelo aumento das preocupações com a estagflação e por um tom mais restritivo por parte dos bancos centrais, o que impulsionou oscilações significativas nos mercados de obrigações. A economia dos EUA manteve-se resiliente, enquanto o crescimento enfraqueceu na Europa e a inflação revelou-se mais persistente nos EUA do que noutras regiões. A Fed e o Banco de Inglaterra mantiveram as taxas inalteradas, enquanto o BCE e o Banco do Japão aumentaram, refletindo preocupações em torno da inflação e dos riscos relacionados com a energia. Os mercados de dívida soberana foram fortemente influenciados pelos acontecimentos no Médio Oriente, com as yields do *Treasury* dos EUA a subirem e a curva a achatar-se, enquanto as yields europeias beneficiaram da diminuição das pressões inflacionistas. Apesar da subida das taxas de juro, os mercados de crédito apresentaram um desempenho robusto, beneficiando do estreitamento dos spreads. Tanto as obrigações *Investment Grade* como as *High Yield* geraram retornos excedentários positivos, sustentados pela resiliência dos fundamentos das empresas e por uma forte procura por parte dos investidores.

A dívida dos mercados emergentes também registou retornos sólidos. Em contrapartida, o fortalecimento do dólar norte-americano e a queda dos preços das matérias-primas refletiram o alívio das tensões geopolíticas no final do trimestre.

No geral, o primeiro semestre de 2026 foi caracterizado por uma elevada incerteza geopolítica e comercial, preocupações inflacionistas associadas aos preços da energia e políticas cautelosas dos bancos centrais, resultando numa volatilidade significativa dos mercados, apesar da resiliência económica e empresarial observada em várias regiões.

A contribuir positivamente para a performance do fundo esteve a exposição às taxas de juro nos EUA, via *carry*, posição longa em moedas selecionadas de mercados emergentes, sobretudo da América Latina e da Europa Central, Médio Oriente e África (CEMEA), beneficiando do rendimento (*carry*) e da sua valorização face ao dólar norte-americano, exposição a MBS de agências dos EUA, beneficiando do rendimento (*carry*) e do estreitamento dos spreads, e a exposição a crédito corporativo com notação *Investment Grade*, via *carry*. Os principais detratores foram a exposição longa à *duration* dos títulos dos EUA, com a subida das yields ao longo da curva, exposição longa à *duration* dos títulos do Reino Unido, com a subida das yields ao longo da curva, exposição a moedas de mercados emergentes selecionados, principalmente o asiático, uma vez que as taxas de câmbio evoluíram em sentido contrário à posição do fundo e a exposição longa ao iene japonês, pois este desvalorizou face ao dólar americano.

Os dados acima apresentados dizem respeito ao fundo Santander GO Dynamic Bond (Fundo Master deste OIC).

1.3. Informações Relativas ao Regulamento (UE) 2019/2088

Os investimentos do OIC podem estar sujeitos a riscos de sustentabilidade que incluem riscos ambientais, sociais e de melhores práticas de governo. Estes riscos podem ter impacto no investimento tal como risco de mercado, risco operacional ou ainda risco legal.

Os riscos de sustentabilidade dos OIC que não seguem critérios "ASG" podem ter um impacto material (como riscos financeiros) no valor dos seus investimentos a médio e longo prazo. Estes riscos podem chegar a reduzir os benefícios, o capital disponível e importar alteração de preço dos ativos ou respetiva falta de pagamento, que podem gerar um impacto no crédito, liquidez e riscos de financiamento (funding).

A entidade gestora dispõe de ferramentas e procedimentos para a integração dos riscos de sustentabilidade nos processos de investimento.

A entidade gestora considera os principais impactos adversos das suas decisões de investimento nos fatores de sustentabilidade (fatores "ASG"), de acordo com uma metodologia e indicadores próprios.

Os investimentos que integram a carteira do Fundo não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Mais informação a propósito de matérias ASG (Ambientais, Sociais e de melhores práticas de Governo) pode ser consultada em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2016	3 408 507	14,2559
2017	3 395 125	14,2275
2018	3 091 379	14,1405
2019	2 666 498	14,1246
2020	2 092 894	14,0587
2021	2 907 775	13,7989
2022	2 564 321	12,2698
2023	2 250 634	12,7507
2024	2 709 127	13,2679
2025	2 651 679	13,9462

Em 30 de junho de 2026, o valor líquido global do Fundo ascendia a 34 476 967 euros, repartidos por 2 473 729 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 13,9372 euros.

1.5. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2016	0,19%	2
2017	-0,20%	2
2018	-0,61%	2
2019	-0,12%	2
2020	-0,47%	2
2021	-1,85%	4
2022	-11,08%	4
2023	3,92%	2
2024	4,05%	2
2025	5,11%	2

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2026, a rendibilidade era de 1,96% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 2.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sumário de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Notas:

- A 25 de janeiro de 2021 o Fundo passou a assumir a natureza de OICVM aberto de tipo alimentação ("Fundo Feeder");
- Com a entrada em vigor no início de 2023 do Regulamento (UE) Nº 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 que pretende harmonizar a informação prestada aos investidores, entre as quais a informação do indicador de risco, este indicador foi, de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos, atualizado para um nível de risco 2, conforme consta do Documento de Informação Fundamental (DIF) publicado no site CMVM.

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- A partir de 1 de julho de 2020, o Fundo deixou de cobrar comissões de subscrição e de resgate aos participantes;
- O fundo suportou comissões de manutenção de saldos de conta entre agosto de 2020 e outubro de 2022, situação que já não se verifica a partir dessa data;
- A 25 de janeiro de 2021 o Fundo passou a assumir a natureza de OICVM aberto de tipo alimentação ("Fundo Feeder"), a partir desta data foram alteradas as comissões de gestão e depósito: a comissão de gestão passou de 0,50% para 0,58%; e a comissão de depósito passou de 0,035% para 0,01%.

1.6. Custos e Proveitos

Descritivo	2026-06-30	2025-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	3 327	5 890	-2 562	-44%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	980 361	2 021 655	-1 041 294	-52%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	0	615	-615	-100%
Total	**983 689**	**2 028 160**	**-1 044 472**	**-51%**
Custos				
Juros e Custos Equiparados		0	0	0%
Comissões e Taxas	108 483	107 291	1 192	1%
Comissão de gestão	103 512	102 157	1 355	1%
Comissão de depósito	1 786	1 778	7	0%
Outras comissões e taxas	3 185	3 356	-171	-5%
Perdas em Operações Financeiras	912 956	850 582	62 373	7%
Impostos	10 059	12 085	-2 026	-17%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	680	616	64	10%
Total	**1 032 178**	**970 575**	**61 603**	**6%**
Resultado do Fundo	**-48 489**	**1 057 585**	**-1 106 074**	**-105%**

1.7. Demonstração do Património

Descritivo	2026-06-30	2025-12-31
Valores mobiliários	34 061 109	36 008 351
Saldos bancários	439 767	998 355
Outros ativos	541	474
Total dos ativos	**34 501 417**	**37 007 180**
Passivo	24 450	26 324
Valor Líquido do OIC	**34 476 967**	**36 980 856**

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	34 061 109	98,72%	36 008 351	97,30%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	34 061 109	98,72%	36 008 351	97,30%
Unidades de participação/ações de OIC que não OII	34 061 109	98,72%	36 008 351	97,30%
Total do ativo	**34 501 417**	**98,72%**	**37 007 180**	**97,30%**

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação *Data License*, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por *market makers* (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores

ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
   – Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
   – Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 30 de junho de 2026, aos seus 21 (vinte e um) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 578 363 €; e,
2. A título de remunerações variáveis: 164 275 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (1 colaboradores): 124 375 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 44 270 €;
- Restantes colaboradores (19 colaboradores): 573 994 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o 1ºsemestre de 2026 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a Sociedade tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo. A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política de Voto, atualizada em 2025, pode ser consultada na página web da sociedade em www.santanderassetmanagement.pt.

Esta Política, a estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em assembleias gerais de acionistas de sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos internos voluntários que promovem as melhores práticas, sendo consistente com os objetivos respetivos de cada veículo sob gestão.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2025

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2026 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Eventos Subsequentes

No âmbito do projeto de reorganização do negócio de gestão de ativos do Grupo Santander, foram obtidas as autorizações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e da Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV) para a fusão da Santander Asset Management, SGOIC, S.A. na Santander Asset Management, SGIIC, S.A.U., bem como para a subsequente constituição de uma sucursal desta última em Portugal, através da qual passará a ser desenvolvida a atividade de gestão de ativos no mercado português.

A implementação da operação encontra-se em curso, estando prevista a constituição da sucursal até ao final de 2026, em conformidade com o calendário de execução aprovado.

Com base na informação disponível à data de aprovação do presente Relatório e Contas, não se prevê que esta reorganização tenha impacto material na gestão dos Fundos, na respetiva política ou objetivos de investimento, nem nos direitos dos participantes. Os participantes serão informados de quaisquer desenvolvimentos relevantes, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Lisboa, 24 de agosto de 2026

2. Relatório de Auditoria

Tel: +351 217 990 420
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Investimento Global** (o "OIC"), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a "Entidade Gestora"), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 34 501 417 euros e um total de capital do OIC de 34 476 967 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 48 489 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Investimento Global**, em 30 de junho de 2026, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização e informação do fundo master (carteira)	
Dado tratar-se de um fundo do tipo alimentação (*feeder*), previsto no artigo 193º do Regime da Gestão de Ativos (RGA), a carteira de títulos, que corresponde a cerca de 99% do ativo, é composta em exclusivo por unidades de participação do fundo Santander Go Dynamic Bond, de tipo principal (*master*), com quem o Fundo tem um contrato estabelecido nos termos do artigo 195º do RGA. Assim, a verificação da cotação e análise das demonstrações financeiras do fundo *master* constitui uma área significativa de auditoria. As divulgações relacionadas com a composição e valorização do título em carteira estão incluídas no Relatório de Gestão e nas notas 3 e 4 do Anexo às demonstrações financeiras.	A resposta do auditor envolveu, essencialmente, a execução de testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias do título em carteira *(master)*. Testes substantivos para validação da valorização do titulo em carteira (*master)*, com base: (i) nas cotações oficiais e valor do fundo *master* à data de fecho das contas e (ii) na análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de auditoria do fundo *master* e das informações de parecer e reporte efetuadas especificamente para o efeito com o auditor do fundo *master* (PwC Luxemburgo). Acompanhamento dos impactos e divulgações relacionadas com os acontecimentos relevantes verificados nos mercados globais.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA

detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2026

Cláudia Gomes Sena,
(ROC nº 1691, inscrito na CMVM sob o nº 20161301)
em representação de BDO & Associados - SROC

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Investimento Global referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros) **BALANÇO** Data: **2026-06-30**

ACTIVO

Código		2026-06-30 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	2025-12-31 Líquido
	Outros Activos					
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					
	Total Outros Activos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações					
22	Acções					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	32 556 707	1 504 402		34 061 109	36 008 351
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	Total da Carteira de Títulos	32 556 707	1 504 402		34 061 109	36 008 351
	Outros Activos					
31	Outros activos					
	Total de Outros Activos					
	Terceiros					
411+...+ 418	Contas de Devedores					
424	Estado e Outros Entes Públicos					
	Total de Valores a Receber					
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	439 767			439 767	998 355
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	439 767			439 767	998 355
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	541			541	474
52	Despesas com Custo Diferido					
58	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias activas					
	Total de Acréscimos e Diferimentos Activos	541			541	474
	TOTAL DO ACTIVO	32 997 015	1 504 402		34 501 417	37 007 180
	Número total de Unidades de Participação em circulação				2 473 729	2 651 679

CAPITAL E PASSIVO

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	12 338 711	13 226 311
62	Variações Patrimoniais	10 950 750	12 518 550
64	Resultados Transitados	11 235 994	9 468 123
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos antecipados das SIM		
66	Resultado Líquido do Período	(48 489)	1 767 871
	Total do Capital do OIC	34 476 967	36 980 856
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total de Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar aos Participantes		
422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
423	Comissões a Pagar	19 452	21 156
424+...+429	Outras contas de Credores	4 383	4 553
43+12	Empréstimos Obtidos	0	0
44	Pessoal		
46	Accionistas		
	Total de Valores a Pagar	23 835	25 709
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	615	615
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos	615	615
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	34 501 417	37 007 180
	Valor Unitário da Unidade Participação	13,9372	13,9462

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: **2026-06-30**

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores recebidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código		2026-06-30	2025-12-31
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Investimento Global referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: **2026-06-30**

CUSTOS E PERDAS

Código		2026-06-30	2025-06-30
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes		
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	62	63
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	108 421	107 228
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	912 956	850 582
731+738	Outras, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	10 059	12 085
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	680	616
	Total dos Custos e Perdas Correntes (A)	1 032 178	970 575
79	**Outros Custos e Perdas das SIM**		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício		
66	**Resultado Líquido do Período**		1 057 585
	TOTAL	1 032 178	2 028 160
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	67 343	1 171 010
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(0)	0
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(48 489)	1 057 585

PROVEITOS E GANHOS

Código		2026-06-30	2025-06-30
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
811+814+817+818	De Operações Correntes	3 327	5 890
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	980 361	2 021 655
831+838	Outros, em Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		615
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	983 689	2 028 160
89	**Outros Proveitos e Ganhos das SIM**		
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)		
66	**Resultado Líquido do Período**	48 489	
	TOTAL	1 032 178	2 028 160
F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		
B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	(38 430)	1 069 671
B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	(48 489)	1 057 585

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Investimento Global referente ao período findo em 30 de junho de 2026

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2026	30-06-2025
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	**2 236 697**	**2 271 725**
Subscrições de unidades de participação	2 236 697	2 271 725
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	**(4 692 098)**	**(3 982 338)**
Resgates de unidades de participação	(4 692 098)	(3 982 338)
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	**(2 455 400)**	**(1 710 613)**
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	**3 174 648**	**2 839 393**
Venda de títulos e outros ativos da carteira		
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		
Resgates de unidades de participação noutros OIC	3 174 648	2 839 393
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos		
PAGAMENTOS:	**(1 160 157)**	**(1 160 170)**
Compra de títulos e outros ativos da carteira		
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(1 160 001)	(1 160 000)
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos		
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	(156)	(171)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	**2 014 492**	**1 679 222**
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		
Operações cambiais		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:		
Operações cambiais		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros		
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas		
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	**3 260**	**6 761**
Juros de depósitos bancários	3 260	6 761
Outros recebimentos correntes		
PAGAMENTOS:	**(120 940)**	**(122 027)**
Juros Disp./Emprst.		
Comissão de gestão	(105 918)	(107 250)
Comissão de depósito	(1 881)	(1 867)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(12 233)	(12 002)
Outros pagamentos correntes	(907)	(907)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	**(117 680)**	**(115 266)**
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:		
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:		**(153)**
Outros pagamentos de operações eventuais		(153)
Fluxo das Operações Eventuais		**(153)**
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	**(558 589)**	**(146 809)**
Disponibilidades no Início do Período:	**998 355**	**821 924**
Disponibilidades no Fim do Período:	**439 767**	**675 115**

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são "não aplicáveis".

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2025	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
Valor base	13 226 311	800 334	(1 687 934)	-	-	-	12 338 711
Diferença p/Valor Base	12 518 550	1 436 363	(3 004 163)	-	-	-	10 950 750
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	9 468 123	-	-	-	1 767 871	-	11 235 994
Resultados do período	1 767 871	-	-	-	(1 767 871)	(48 489)	(48 489)
Total	36 980 856	2 236 697	(4 692 098)	-	-	(48 489)	34 476 967
Nº de Unidades participação	2 651 679	160 455	(338 406)	-	-	-	2 473 729
Valor Unidades participação	13,9462	13,9397	13,8653	-	-	-	13,9372

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups>= 25%	-
10%<= Ups < 25%	-
5%<= Ups < 10%	-
2%<= Ups < 5%	1
0.5%<= Ups < 2%	18
Ups<0.5%	2 270
TOTAL	2 289

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

ANO	DATA	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2026	30/jun/26	34 476 967	13,9372	2 473 729
	31/mai/26	35 213 561	13,8447	2 543 462
	30/abr/26	35 491 168	13,7866	2 574 323
	31/mar/26	35 347 890	13,6816	2 583 614
	28/fev/26	37 210 892	14,0293	2 652 363
	31/jan/26	37 115 497	13,9877	2 653 431
2025	31/dez/25	36 980 856	13,9462	2 651 679
	30/set/25	35 551 244	13,8521	2 566 492
	30/jun/25	35 291 407	13,6697	2 581 727
	31/mar/25	36 185 779	13,5571	2 669 131
2024	31/dez/24	35 944 435	13,2679	2 709 127
	30/set/24	34 414 363	13,2816	2 591 128
	30/jun/24	31 152 512	12,9511	2 405 387
	31/mar/24	29 812 807	12,8965	2 311 692

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2026 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados						
01.03.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs)						
SANTANDER GO DYNAMIC	32 556 707	1 504 402	-	34 061 109	-	34 061 109
	32 556 707	1 504 402	-	34 061 109	-	34 061 109
TOTAL	**32 556 707**	**1 504 402**	**-**	**34 061 109**	**-**	**34 061 109**

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2025	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	998 355	5 414 605	5 973 194	439 767
TOTAL	**998 355**	**5 414 605**	**5 973 194**	**439 767**

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às caraterísticas do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as caraterísticas de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às caraterísticas dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no

mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 13 – Cobertura do risco de cotações

Em 30 de junho de 2026, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	-	-	-	-
Unidades de Participação	34 061 109	-	-	34 061 109
Direitos	-	-	-	-

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;

b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e

c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2026:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	34 476 967	36 980 856
Carteira com derivados	34 476 967	36 980 856
	0,00%	**0,00%**

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2026 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF [1]
Comissão de Gestão Fixa	104 548	0,29%
Comissão de Depósito	1 857	0,01%
Taxa de Supervisão	2 737	0,01%
Custos de Auditoria	615	0,00%
Outros Custos Correntes	9 403	0,03%
TOTAL	119 160	

[1] Valor médio relativo ao periodo de referência